

Pesquisa em Desenvolvimento Rural

**Aportes Teóricos
e Proposições Metodológicas**

VOLUME 1

**Marcelo Antonio Conterato
Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Sergio Schneider**

ORGANIZADORES

Pesquisa em Desenvolvimento Rural



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretor (interino)

Rui Vicente Oppermann

Pesquisa em Desenvolvimento Rural

**Aportes Teóricos
e Proposições Metodológicas**

VOLUME 1

**Marcelo Antonio Conterato
Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Sergio Schneider**

ORGANIZADORES

© dos autores
1ª edição: 2014

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

P438 Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas – volume 1 / Organizadores Marcelo Antonio Conterato, Guilherme Francisco Waterloo Radomsky [e] Sergio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

320p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais)

Inclui figuras, quadros e tabelas.

Inclui referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural – Metodologia da pesquisa. 3. Epistemologia – Pesquisa científica. 4. Estudos rurais – Metodologia da pesquisa. 5. Políticas públicas – Avaliação – Impacto. 6. Etnodesenvolvimento. I. Conterato, Marcelo Antonio. II. Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo. III. Schneider, Sergio. IV. Série

CDU 631.1:316.324.5:001.891

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0245-3

Sobre a delimitação do rural: atualizando o debate sobre as metodologias que desmistificam o fim do rural no Brasil

Roni Blume
Sergio Schneider

Introdução

A delimitação do rural e do urbano no Brasil tem sido tema de reflexão entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento em face das dificuldades conceituais e metodológicas que o tema impõe. A fragilidade da concepção dual da relação rural/urbana aponta para uma problemática que apresenta não só desafios conceituais, mas também implicações práticas no que tange ao entendimento sobre o tamanho que o rural assume no país.

Talvez seja importante frisar que a discussão sobre um recorte espacial já não se encontra mais arraigada nas antigas concepções dicotômicas que procuravam definir o rural em oposição ao urbano. Parece estar superada a ideia da associação do rural ao atrasado, ao isolamento e à tradição; e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade (Solari, 1973; Sorokin e Zimmerman, 1929). Foram vários os estudos e pesquisadores que contribuíram para a reava-

lorização do meio rural a partir da década de 1980, que resultaram em avanços teóricos, políticos e normativos sobre o que veio a ser denominado de “nova ruralidade” (Abramovay, 1999 e 2003; Graziano da Silva, 1999; Carneiro, 2001; Wanderley, 2002).

No cerne dos trabalhos sobre a nova ruralidade despontavam tendências analíticas visando ressaltar a importância de se valorizar além dos processos econômicos e produtivos da agricultura ou da atividade agrícola *stricto sensu*, também a dinâmica social que influencia a composição do espaço rural e até mesmo a articulação com o urbano.

Neste contexto, a compreensão do rural e da ruralidade passaram a integrar as novas dinâmicas relacionadas à segmentação do mercado de trabalho em atividades agrícolas e não agrícolas, mas também aspectos sociológicos e etnográficos ligados as formas de construção e redefinição das identidades sociais, assim como a cultura, a sociabilidade e os modos de vida. Segundo Kageyama (2008), este deslocamento igualmente levou a maior interação entre os ambientes rural e urbano, pois o mercado de trabalho e os espaços de lazer e desfrute da qualidade de vida passaram a ser os mesmos. Neste sentido, transformou-se o próprio entendimento sobre as dinâmicas espaciais do rural, pois a atividade econômico-produtiva continua mantendo uma relação direta com o lugar que a condiciona, mas também permite uma resignificação no que tange aos aspectos simbólicos ligados ao processo de formação espacial.

Assim, para determinados espaços rurais, mesmo com toda a força da modernização tecnológica da agricultura e dos efeitos da sociedade pós-industrial sobre a cultura e a identidade, os habitantes continuam a manter suas características rurais, que são distintas do urbano, sendo estas peculiares aos pequenos municípios. Nestes termos, como salientado por Wanderley (2002), os pequenos municípios passam a conformar a projeção real e normativa da própria ruralidade no Brasil. Em face de sua quantidade numérica, não é difícil concluir que o Brasil ainda é um país majoritariamente rural, contradizendo assim o derradeiro destino preconizado pelas estatísticas que previam o seu iminente desaparecimento.

Os trabalhos de Veiga (2001) foram particularmente ilustrativos no sentido de que apontaram que as estatísticas sobre a ruralidade brasileira são perpassadas por determinadas concepções e enfoques disciplinares, que acabam influenciando a discussão sobre os usos e as formas de definição normativa que se entende ser o rural. O autor é particularmente incisivo ao afirmar que as definições para a distinção do espaço urbano e do espaço rural adotadas no Brasil são insatisfatórias, ou até mesmo simplórias, por ainda estar atreladas ao Decreto Lei nº 311 de 1938, que por ainda estar em vigor acaba orientando o censo demográfico.

A principal crítica é dirigida ao critério legal sob o qual o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pela operacionalização e divulgação dos dados demográficos do país, se apoia para diferenciar o que é rural do que é urbano.¹ A norma legal baseia-se em critérios administrativos que decorrem da definição dos perímetros urbanos pelo poder público local (executivo e legislativo municipais). Nestes termos, as fronteiras espaciais estabelecidas na primeira instância estão atreladas aos delineamentos normativos que orientam a cobrança do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU (arrecadação para o município) e o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural – ITR (arrecadação para a União). Portanto é a finalidade da arrecadação tributária que acaba orientando uma definição territorial, que se sobressai a despeito de qualquer critério de distribuição demográfica ancorado a fatores sociais, econômicos ou até mesmo ambientais. Assim, as fronteiras entre o rural e o urbano no Brasil são definidas a partir da definição residual do rural como toda a área física que resta depois de subtraído tudo o que seja considerado urbano, segundo a lei municipal, a partir da lei do perímetro urbano.

Embora não restrito ao debate sobre a necessidade de reorientação do que se entende por rural e quais critérios deveriam ser utilizados para sua definição, Veiga acaba concluindo a partir de vários estudos que “o Brasil é menos urbano do que se calcula” (Veiga, 2002). O ponto de partida do autor é o questionamento que faz da altíssima taxa de urbanização de 81,25%, apresentada pelo Censo Demográfico de 2000, uma vez que este parece não corresponder ao perfil real da sociedade brasileira. Desde este alerta, surgiram vários estudos tentando propor uma abordagem diferenciada para tratar os limites tênues entre o rural e o urbano, valorizando critérios e variáveis de relação direta com a questão geográfica da localização da população (Veiga, 2002; Blume, 2004; Schneider e Blume, 2004; Girardi, 2008; Malmann, 2011).²

O objetivo deste capítulo tem o intuito de destacar a importância de metodologias alternativas que propõem diferentes abordagens para espacializar o rural brasileiro e o que cada uma destas pode contribuir para com o debate dos estudiosos que necessitam dimensionar o tamanho e a localização

¹ Já foi assimilado e aceito que não é por força e vontade do IBGE que a definição utilizada não se altera. Os próprios técnicos não se esquecem de lembrar que o Instituto precisa cumprir a legislação e não possui autonomia para agir de outro modo. Coloca-se nesta explicativa a força da decisão política sobre a importância de se estabelecer critérios técnicos-científicos.

² Cabe destacar que estes trabalhos tiveram como ponto inicial de discussão as informações legadas, em âmbito internacional, pelos trabalhos *Créer des indicateurs ruraux pour étayer la politique territoriale* e o *Territoinal Indicators of Employment – focusing on rural development*, realizados pela OCDE em 1994 e 1996; e em âmbito nacional *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*, de 1999, desenvolvido pela parceria entre IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP.

do rural no espaço. A importância de apresentar alternativas para simular um diferente recorte espacial para o rural torna-se pertinente quando se visa o desenvolvimento rural que não implique em sua superação ou redução ao urbano. Acreditamos que seja uma questão coerente e premente para o Brasil este tipo de precaução, especialmente levando-se em conta que a cada novo censo demográfico que é divulgado amplia-se a taxa de urbanização do país. No último Censo Demográfico, em 2010, esta taxa se elevou para 85,4%; e por este critério o rural e/ou a ruralidade encolhe a cada novo censo do IBGE, estatisticamente se aproximando do seu próprio fim.

○ recorte do rural através de diferentes perspectivas metodológicas

A inquietude de alguns pesquisadores com os operacionalizadores normativos do censo demográfico brasileiro motivou estes a proporem uma reorientação para se delimitar o que se compreende por espaço rural. Na sua opinião, estes indicadores não traduzem a realidade da situação rural da população, dificultando assim a compreensão do espaço ocupado pelo rural no contexto espacial geral contemporâneo.

No plano analítico, a proposição de critérios para simular um recorte espacial diferente para o rural, com impacto nos índices demográficos, pode ser simplesmente contornada ao se observar determinado patamar populacional, como por exemplo: Suíça, Portugal, Grécia, Itália e Espanha, são aglomerados rurais as localidades com menos de 10.000 habitantes.

Na mesma linha, em várias partes do mundo são utilizados diferentes critérios que implicam na variação dos percentuais estatísticos da população, tal como pode ser observado nos trabalhos de Abramovay (1999); Blume (2004) e Girardi (2008). Cabe ressaltar que em termos de delimitação para o binômio rural/urbano é comum encontrar três modos: a delimitação administrativa, a funcional com patamar populacional e a funcional com ênfase na ocupação agrícola e mais o patamar populacional. Segundo Blume (2004), ao se observar diferentes classificações administrativas ou funcionais, se ressalta a diversidade dos critérios para a formação dos índices absolutos, e entre estas a definição político-administrativa ou legal, adotada no Brasil, é a mais simplificadora. Aprofundando a pesquisa sobre a diversidade de critérios utilizados em diferentes países, Girardi (2008) conclui que os principais elementos utilizados nas classificações oficiais de áreas e de populações como rurais ou urbanas são as seguintes: i) definição político-administrativa ou legal; ii) tamanho populacio-

nal; iii) ocupação da população; e d) densidade demográfica. Sendo que estes elementos podem figurar combinados, em especial o tamanho populacional e a densidade demográfica.

Mas é preciso ir além de questionar os índices absolutos para se propor uma transposição do nível dedutivo para o operacional, e isto requer o uso de metodologias analíticas. Neste área do conhecimento observam-se diferentes abordagens, que estão a disposição de interessados para serem executadas ou até mesmo aprimoradas, pois toda a proposta empírica tem como princípio a natureza dinâmica visando dar conta de ler e compreender determinada realidade. Ou seja, a cada nova proposta um recorte diferente pode ser estabelecido a medida que se acrescentam variáveis analíticas na intenção de retratar por aproximações sucessivas a realidade de forma mais acurada. Contudo é mister entender o comportamento dos resultados a medida que se detalha a investigação. Os resultados podem apresentar tendências, e estas confrontar com a realidade instituída de forma a corroborá-la ou desmistificá-la. Neste corolário, em ordem crescente de agregação de variáveis para se estabelecer um recorte territorial do rural diferenciado, em termos de tamanho populacional, apresentam-se as propostas de Veiga (2002) e OCDE (1994), e sua leitura e aplicação por Blume (2004) e Mallmann (2011), finalizando com o estudo de Girardi (2008).³

A contribuição de J. E. da Veiga para a definição dos limites do rural e do urbano

A contribuição de José Eli da Veiga parte de uma constatação empírica, que é a taxa de urbanização de 81,2%, informada pelo IBGE para o ano de 2000, que segundo o autor não corresponde ao perfil rural real da sociedade brasileira. Sob o sugestivo título *O Brasil é menos urbano do que se calcula* (Veiga, 2002), o autor procura demonstrar quão equivocado e reducionista é vincular a ruralidade a um critério normativo como o do IBGE, que define como rural toda a área que estiver fora dos domínios do perímetro urbano. E como urbana entende-se toda a sede de município ou distrito, independente de quaisquer outras características.

Segundo Veiga (2001, 2002, 2004a e 2004b) a definição do que seja rural ou urbano no Brasil se alteraria completamente caso fosse abandonada

³ Cabe destacar que para este texto não será realizada uma análise visando problemas operacionais das abordagens, nem tão pouco, uma comparação de resultados pontuais das aplicações, pois a intenção é apresentar como os autores constroem propostas alternativas a normativa oficial visando um recorte diferenciado para quantificar a população rural no país e o que podemos aprender com estes trabalhos.

a referência à norma administrativa oriunda do decreto lei oficial nº 311, elaborado em 1938. Em seu lugar, Veiga propõe a utilização da densidade demográfica e do patamar de população para criar um novo corte que permita separar o rural do urbano.

Na sua opinião, estes seriam os critérios mais adequados para medir o grau de artificialização da natureza pela pressão antrópica sobre os ecossistemas, pois a vantagem de se utilizar estes critérios é que eles caracterizam as áreas rurais pela sua rarefação populacional. Quanto menor for a pressão antrópica sobre o ambiente, menor será a artificialização dos ecossistemas e maiores serão as chances destes locais serem rurais. É por isso que se considera a “pressão antrópica” como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios (Veiga, 2002, p. 33). Neste sentido, a perspectiva de Veiga ressalta os atributos ambientais como definidores da ruralidade, sendo os critérios baseados na intensidade de seu uso em função da ação humana.

Em termos de operacionalização, a metodologia sugerida por Veiga utiliza para a distinção dos municípios a densidade demográfica associada a determinado patamar populacional. Cabe ressaltar que a preocupação de Veiga restringe-se às áreas rurais, pois para as áreas urbanas adota como referência os resultados do estudo *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*, de 1999, do IPEA/IBGE/NESUR-IE/UNICAMP.

Assim, separando os inequivocamente urbanos (200 municípios de 12 aglomerações metropolitanas, 178 das 37 demais aglomerações e 77 dos centros urbanos), Veiga classifica os municípios em duas classes. A primeira classe é formada por municípios considerados de médio porte, que também podem receber a denominação de intermediários. A classe médio porte é configurada por municípios que apresentarem população no intervalo de 50.000 a 100.000 habitantes ou cuja densidade supere os 80 hab/km²; mesmo que estes tenham menos de 50.000 habitantes. A segunda classe no estudo é composta por municípios que apresentam, simultaneamente, menos de 50.000 habitantes e densidade menor que 80 hab/km², sendo estes classificados como municípios de pequeno porte ou essencialmente rurais.

Assim, a aplicação da abordagem é executada mediante dois cortes diferenciados para caracterizar o rural brasileiro. A partir daí o autor conclui que “não pertence ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural, 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes” (Veiga, 2002, p. 34).

Caso fosse utilizado este novo recorte, as estimativas de Veiga são de que a proporção da população que reside no espaço rural passaria de 18,8% para 30%, tomando como referência o ano de 2000. Além de criticar a definição normativa do IBGE para definir o que seja rural no Brasil a contribuição mais importante de Veiga parece residir no fato de estimular o uso de critérios demográficos como alternativa para os estudos populacionais no Brasil.

A contribuição do estudo da OCDE para a definição dos limites do rural e do urbano

Preocupada em proporcionar um recorte diferenciado para o estudo do rural a OCDE (*Organization for Economic Co-operation and Development*) assumiu, em 1991, o desafio de elaborar uma abordagem metodológica que permitisse entender e comparar o rural entre os 24 países membros da organização visando organizar dados para o planejamento de políticas de desenvolvimento rural.

Para operacionalizar a metodologia classificatória, a OCDE recorreu a indicadores demográficos, em dois níveis hierárquicos subnacionais de detalhamento geográfico, que são o local e o regional. Para classificação de nível local a densidade demográfica foi critério principal de seleção, pois trata-se de uma noção de fácil compreensão. Sejam quais forem suas características as áreas rurais serão sempre menos densamente povoadas que as urbanas. Para o nível regional foi articulada a variável densidade demográfica a mais dois critérios: i) patamar populacional com referência às comunidades rurais; e ii) patamar populacional com referência a centros urbanos.

Para organizar o trabalho os pesquisadores da OCDE fixaram o corte distintivo para diferenciar as unidades locais rurais das urbanas ao patamar de 150 habitantes por quilômetro quadrado (150 hab/km²). Assim, todas as unidades locais com densidade inferior a 150 hab/km² foram classificadas como unidades locais rurais e as com densidade superior a este limite como unidades locais urbanas. A exceção é o Japão, onde se estipulou 500 hab/km² para o corte.⁴

O segundo parâmetro de classificação utilizado pela OCDE (1994) é o nível regional, também entendido como territorial. Nos parâmetros estabe-

⁴ Segundo o estudo da OCDE fazendo ensaios com outros pontos de corte 100 hab/km² e 200 hab/km², o resultado final para a população rural não apresenta grandes modificações. O valor de 150 hab/km², no entanto, foi considerado “*une certaine part d’appréciation arbitraire*” (OCDE, 1994, p. 27).

lecidos pela OCDE, a região compreende unidades territoriais maiores que as definidas para as unidades locais, sendo observado para tal feito as configurações regionais de cada país. A operacionalização da metodologia consiste em identificar três diferentes tipos de regiões ou territórios: os essencialmente rurais, os relativamente rurais e os essencialmente urbanos. Assim, para o nível territorial regional, a classificação seguiu as seguintes condições para as três categorias de região:

- Regiões Essencialmente Rurais (RER): aquelas em que habitam, em unidades de base rurais, mais de 50 % da população regional.
- Regiões Relativamente Rurais (RRR): aquelas onde habitam, em unidades de base rurais, entre 15% e 50% da população regional.
- Regiões Essencialmente Urbanas (REU): aquelas em que menos de 15% da população regional habitam em unidades de base rurais.

Associado a este nível hierárquico é realizada também uma reclassificação das regiões observando um critério secundário relacionado com a presença de centros urbanos nestas regiões. Deste modo, serão reclassificadas as Regiões Essencialmente Rurais em Regiões Relativamente Rurais se nesta possuir um centro urbano com mais de 200.000 habitantes e a população residente neste centro não for inferior a 25% da população regional. No mesmo sentido evolutivo as Regiões Relativamente Rurais serão reclassificadas Regiões Essencialmente Urbanas se nesta possuir um centro urbano com mais de 500.000 habitantes e a população residente neste centro não for inferior a 25% da população regional.

A figura abaixo sistematiza o recorte territorial proposto pela abordagem da OCDE.



Figura 1 – Sistema de recorte territorial e seus critérios de classificação
Fonte: OCDE (1994).

Cabe destacar que Girardi (2008) fez uma simulação utilizando a metodologia da OCDE para classificar a distribuição da população no território brasileiro. Através da aplicação verificou-se que predominam no território as regiões essencialmente rurais, com poucas regiões essencialmente urbanas e regiões relativamente rurais. Em termos percentuais populacionais, utilizando como base o Censo de 2000, 43,06% da população brasileira situa-se nas regiões essencialmente rurais, 16,05% em regiões relativamente rurais e 40,19% em regiões essencialmente urbanas. Utilizando somente como base as regiões rurais a taxa de urbanização brasileira, para o ano de 2000, estaria próxima dos 57%, bem abaixo dos 81,25%.

Outra ferramenta classificatória proporcionada pelo estudo da OCDE é a grade de indicadores territoriais para ser aplicada sobre a classificação das unidades territoriais oriundas da tipologia. A grade de indicadores tem como finalidade analisar o desempenho das regiões visando a aplicação desta metodologia em ações de planejamento e indução do desenvolvimento por meio de indicadores que facilitem a descrição de aspectos demográficos, sociais, econômicos e ambientais, indispensáveis ao entendimento deste processo. Na Figura 2 a seguir pode-se verificar os indicadores divididos em quatro áreas de interesse, sendo que cada qual é composta por uma grade de indicadores básicos.

População e Migração				Bem Estar Social e Equidade			
Densidade	Habitantes / Km ²	Valor Absoluto % rural	População Superfície	Rendas	PIB por Habit. Rendas Particulares	Por Hab. Disponível	Nominal Real (comgida)
Evolução	Varição Total Saldo Natural Saldo Migratório	Valor Absoluto % por Ano % por Hab.		Moradia	Ocupação Equipamentos	Pessoas por peça % Famílias possuem W.C etc.	
Estrutura Demográfica	Índices Demográficos	% População	Sexo Idade	Educação	Ensino Superior	Valor absoluto % pop. (> 25 anos)	
Família	Classes de Tamanho Famílias Monoparentais			Saúde	Mortalidade Infantil	Taxa de mortalidade Pop. (<1 ano)	
Comunidades	Classes de Tamanho	% Pop. Classe		Segurança	Taxa de criminalidade	Por Habitante	
Estrutura e Performance Econômica				Ambiente e Viabilidade			
Força de Trabalho	Taxa de Atividade	% pop. (15-64) % Mulheres		Topografia e Clima	Zonas Montanhosas Período de Vegetação	Km ² altitude > 600m	
Empregos	Crescimento Total Desemprego	V. Absoluto %	Total Idade Sexo	Uso do Solo	Agricultura Terras Áreas Florestas	Hectare % Superf. Total Evolução por Ano	
Setores	Ocupação Valor Adicionado	% Primário % Secundário % Terciário	Agricultura Silvicultura Etc.	Habitantes e Espécies	Zonas Protegidas Espécies Ameaçadas	Km ² % Superf. Total % das espécies conhecidas	
Produtividade	Valor Adicionado	Total (moeda) Crescimento (preço const.) Por Trabalhador		Solos e Água	Riscos de Erosão Balanço dos Elementos Retira de d'água	Classe de Risco N, P, K m ²	% Terras
Investimentos	Formação de Capital	Total % PIB	Privado Público	Qualidade do Ar	Balanços Emissão Recepção	SO ₂ CO ₂	Por Hab. Por. Km ²

Figura 2 – Grade de indicadores territoriais rurais propostos pela OCDE
Fonte: OCDE (1994, p. 41).

Segundo a OCDE, esta lista de indicadores não deve ser tomada como definitiva, pois depende do trabalho ou projeto que se busca realizar. Principalmente deve-se avaliar a situação das áreas rurais a serem analisadas, pois podem existir diferenças ou similaridades entre regiões de mesma ou diferente tipologia.⁵

Como se pode verificar a grade é bem sugestiva, mas devido a gama de variáveis a ser operacionalizada esta talvez tenha aplicabilidade reduzida ou condicionada à unidade territorial. Neste sentido, concorda-se com Girardi (2008) que a aplicabilidade dos indicadores de forma mais acurada deve ser pensada para casos pontuais.

Tendo por base a metodologia da OCDE e sua facilidade de aplicação por se deter em variáveis demográficas aplicadas a uma unidade territorial fixa, Blume, no seu trabalho de dissertação de 2004, realizou um ensaio da metodologia para o Rio Grande do Sul visando explorar as fronteiras entre o rural e o urbano. Para tanto adaptou a metodologia da OCDE combinando esta com a proposta de Veiga (2001) e denominou a proposta com o sugestivo nome de abordagem territorial escalar hierarquizada (TEH).

A abordagem TEH foi operacionalizada em dois níveis hierárquicos, local e regional. Para o nível local foram considerados como unidades territoriais fixas os municípios e para o nível regional as microrregiões geográficas estabelecidas pelo IBGE. A escolha destas unidades como representativas do nível analítico foram estabelecidas visando um futuro ensaio da mesma para o restante do país.⁶

O incremento que ocorreu na TEH em relação à abordagem da OCDE foi a adaptação do valor da densidade demográfica para aplicação no nível hierárquico local, sendo esta reduzida de 150 hab/km² para 80 hab/km², e a inclusão do patamar populacional de 100.000 para se estabelecer o corte classificatório. Assim, tomando por base os dados do Censo de 2000, os municípios que apresentaram densidade demográfica menor do que 80 hab/km² foram classificados pela TEH como municípios rurais. Para os que apresentaram densidade demográfica maior ou igual a 80 hab/km² ou um valor maior ou igual a 100.000 habitantes para população total, foram classificados como municípios urbanos. Para o segundo nível hierárquico seguiu-se os mesmos critérios estabelecidas pela OCDE. Assim as microrregiões foram classificadas

⁵ Alguns dos resultados da aplicação da abordagem territorial proposta pela OCDE podem ser apreciados através dos estudos do projeto REMI (Rural Employment Indicators) (OCDE, 1996).

⁶ Cabe destacar que tal ensaio ocorreu somente para o estado do Paraná, fazendo parte do trabalho intitulado *Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia*, publicado na Revista Paranaense de Desenvolvimento do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), no segundo semestre de 2004.

em: microrregiões essencialmente rurais (mais de 50% vivendo em unidades rurais); microrregiões relativamente rurais (entre 15% e 50% da população); e microrregiões essencialmente urbanas (15% da população habitando em unidades rurais). Como resultado final da aplicação da TEH verificou-se que o rural gaúcho é maior do que o resíduo de 18,75% legado pelo Censo Demográfico de 2000, pois tendo por base somente o quantitativo das regiões essencialmente rurais este percentual subiria para quase 33%.

O trabalho de Mallmann (2011) foi realizado a partir do estudo de Blume (2004), embora a autora proceda ao refinamento das variáveis e dos classificadores categóricos, tanto para o nível local como para o regional para o Rio Grande do Sul. Assim estabelece a nível local, através de uma combinação entre densidade demográfica (menor ou maior do que 80 hab/km²) e variação de patamares populacionais (entre 50 mil e 100 mil habitantes), quatro categorias classificatórias ao invés de duas: essencialmente rural, relativamente rural, relativamente urbano e essencialmente urbano. A diferenciação em mais uma faixa de classificação (relativamente urbano) organizou e reclassificou os municípios de forma a projetar os que potencialmente podem se tornar urbanos.

Para o nível regional, a autora fez a opção de operacionalizar a classificação tendo como base para as unidades territoriais os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE's), e ampliou as categorias de três para quatro: essencialmente rurais (ER – mais de 50% da população habitando municípios rurais); relativamente rurais (RR – entre 30% e 50% nos municípios rurais); relativamente urbanos (RU – entre 15% e 30% nos municípios rurais); e essencialmente urbanos (EU – menos de 15% da população habitando municípios rurais).

Neste sentido, tomando por base o Censo Demográfico de 2010, Mallmann (2011) conclui que apenas 46,65% da população do Rio Grande do Sul vive em municípios essencialmente urbanos, sendo que a taxa do Censo apresenta como resultado 85% de população urbana.

Portanto, tomando por base operadores demográficos apresentados nas abordagens verifica-se a versatilidade e a simplicidade de se utilizar estes critérios. Ao combiná-los com patamares populacionais devidamente escalonados, possibilitam um maior número de recortes para serem analisados, aumentando a possibilidade de distinguir o rural do urbano em unidades territoriais.

A contribuição do estudo de E. P. Girardi para a definição dos limites do rural e do urbano

Mesmo que se comprove a eficiência e a praticidade no uso das variáveis densidade demográfica e patamar populacional para o cálculo populacional da

unidade territorial, vale notar que este pode ser aprimorado ao se incrementar outras dimensões, como por exemplo, a econômica. Tal avanço foi experimentado no trabalho de Eduardo Paulon Girardi, de 2008, intitulado *O rural e o urbano: é possível uma tipologia?*

Ao conjugar variáveis demográficas (densidade e patamar populacional) com variáveis de dimensão econômica (População Economicamente Ativa – PEA e Produto Interno Bruto) em âmbito municipal para os setores primário, secundário e terciário, em duas etapas de operação, o autor avança em termos de abordagem nos elementos caracterizadores do rural e do urbano.⁷

Assim, na primeira etapa de sua análise, foram utilizados os dados do PIB e a PEA municipais para gerar quatro classes: Classe (C1) – predominância da PEA e do PIB no setor primário pela importância na geração de riquezas e no trabalho da população; Classe (C2) – predominância da PEA no setor primário e do PIB no setor secundário e compreende provavelmente os municípios onde a população está envolvida em agricultura familiar e a maior parte do PIB é proveniente de aposentadorias, pensões e salários de órgãos públicos; Classe (C3) – apresenta predominância da PEA e do PIB nos setores terciário e secundário. Nesta classe existe correlação entre a importância do PIB e da PEA em cada setor e o secundário é inferior ao terciário em ambos os casos; e a Classe (C4) – corresponde ao grupo dos municípios com importância industrial e extrativo-mineral e nela predomina a PEA nos setores secundário e terciário e o PIB no setor secundário.

Na segunda etapa foram trabalhadas as variáveis densidade demográfica e tamanho populacional. Nesta observou-se uma significativa correspondência hierárquica entre estas variáveis e as classes anteriormente propostas. Assim, a partir deste cruzamento de variáveis foi elaborada a tipologia básica do estudo resultando em quatro grupos: i) C1 = municípios rurais; ii) C2 = municípios rurais com economia baseada no setor terciário; iii) C3 = municípios urbanos; e iv) C4 = municípios urbanos industriais/mineradores.

Para a distribuição da população na tipologia o autor considerou como urbanos os habitantes que pertencem aos municípios de tipos urbanos e municípios urbanos industriais/mineradores, além dos que residem nas seguintes localizações de área definidas pelo IBGE: cidade ou vila – área urbanizada; área urbana isolada; e aglomerado rural de extensão urbana. Para a contabi-

⁷ Cabe destacar que para conjugar distintas variáveis foi utilizado o método de análise de agrupamentos denominado Classificação Hierárquica Ascendente (CHA). Além disso, foi tomada como referência teórica a abordagem do *continuum* rural-urbano onde o rural mais intenso é marcado pela baixa densidade populacional e predominância econômica do setor primário e o urbano pela alta densidade e a predominância do setor terciário.

lização do rural foi considerada a população total dos municípios tipificados como rurais (municípios rurais e municípios rurais com economia baseada no setor terciário), independente de residir em aglomerados ou não, e também a população residente nos municípios tipificados como urbanos, mas que não residem nas três áreas cujos habitantes consideramos urbanos (cidade ou vila – área urbanizada; área urbana isolada; e aglomerado rural de extensão urbana).⁸ Desta forma, tomando por base o Censo Demográfico de 2010, o autor conclui que aplicando a metodologia sugerida a taxa de urbanização brasileira seria de 73,04%.⁹

O uso de classificadores territoriais como sugestão para estabelecer um recorte espacial do rural

Não raro pesquisadores e formuladores de políticas públicas se utilizam dos dados secundários dos órgãos oficiais de estatística praticamente sem questionar os critérios que foram utilizados na sua elaboração. No caso brasileiro, observou-se que o rural segundo as normas e leis torna-se refém de um recorte arbitrário em que os critérios demográficos e funcionais são substituídos por critérios político-administrativos em nível municipal. Portanto, os limites do rural e do urbano tornam-se extremamente voláteis territorialmente, uma vez que a definição do que é o rural ou urbano sofre injunções e influências da vontade política e administrativa.

Diante deste fato, o que mais se pode fazer além de ter parcimônia e prudência quando é necessário incorporar dados populacionais ou espaciais em trabalhos científicos ou técnicos? Não se trata aqui de desvalorizar a informação oficial, mas ratifica-se a importância de associá-la a informações complementares que proporcionam uma melhor noção territorial do espaço em questão.

Partindo das abordagens anteriormente referenciadas será organizado um procedimento em etapas com operadores capazes de promover um recorte diferenciado para rural a qual denominaremos de caracterizadores territoriais hierarquizados. Cabe destacar que existe uma correlação direta e positiva entre

⁸ O autor ainda destaca que não foi contabilizada a população urbana para os municípios tipificados como rurais, visto que são poucos os municípios deste grupo em que o tamanho populacional ultrapassa 20.000 habitantes.

⁹ Além desta classificação pela tipologia básica o autor ainda propõe a inclusão das regiões metropolitanas e tem como resultado a tipologia denominada de completa. Maiores detalhes podem ser observados na íntegra do trabalho que está disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_d.htm#metodologia_elaboracao>.

a quantidade de variáveis e a abstração da realidade. Motivo este que atribui ao usuário da informação precisar o grau de exigência com o uso dos caracterizadores em relação ao reporte da realidade.

Em princípio, as metodologias citadas proporcionam três etapas de caracterização territorial, em conjunto com estas será sugerida uma quarta pelo uso de imagens de satélite e ferramentas de geoprocessamento.

A primeira etapa de caracterização territorial tem como operador hierárquico a variável Densidade Demográfica (habitantes por quilômetro quadrado – hab/km²), defendida em todas as abordagens anteriormente referenciadas pela sua versatilidade e imparcialidade. É mister saber que esta deve estar ancorada a um critério de corte, um valor que seja representativo para manter a imparcialidade. Devido a este fato surge como coadjuvante e como operador para a segunda etapa de caracterização territorial o patamar populacional (população absoluta) que pode ser tomado isolado ou combinado com a densidade demográfica. A partir destas duas variáveis já é possível operar um recorte territorial diferenciado, sendo que o mesmo pode ser aplicado a quatro escalas geográficas: a nacional, a estadual, a regional e a local.

Como terceira etapa de caracterização territorial agregam-se às variáveis demográficas as variáveis multidimensionais: econômicas, ambientais, sociais e culturais. O quadro da OCDE (Figura 2) fornece interessantes sugestões para compor as variáveis multidimensionais, bem como no trabalho de Girardi (2008) um exemplo de uso para variáveis econômicas. Cabe destacar que para este nível de informação nem sempre estão disponíveis os dados básicos para operacionalizar as variáveis ao nível do recorte territorial desejado. Assim, em termos hierárquicos, quanto maior for o número de variáveis a serem operacionalizadas igualmente será a tendência da classificação ficar restrita a escala local.

Para a quarta etapa de caracterização territorial se sugere como operacionalizador o uso de imagens de satélite e ferramentas de geoprocessamento que permitem caracterizar o espaço.

Atualmente estão disponíveis na rede mundial de computadores imagens de satélite com ótima resolução e atualidade para praticamente todo o globo terrestre. O mais popular, destes meios é o *Google Earth*, que pode ser utilizado para visualização e identificação de elementos morfológicos que caracterizam o espaço geográfico. Entre estes elementos pode se destacar como caracterizadores para o urbano: as manchas urbanas com sistema viário, edificações, aparelhos públicos, áreas verdes, entre outros, e para o espaço rural, a cobertura vegetal temporária e permanente ligadas ao uso de terras agrícolas, áreas de preservação, solos desnudos, canais de drenagem e irrigação, barragens e açudes, entre outros (Equipo Urbano, 2007). Sobre o uso de imagens de satélite

para caracterização morfológica, Lozano e Cuervo (2009) desenvolveu uma metodologia de classificação reunindo informações referentes a geometrias, estruturas e texturas como identificadores conceituais para o espaço. Aplicando a classificação e ligando esta a questões culturais, aspectos ambientais e socioeconômicos que influenciam sobre a morfologia urbana obteve uma visualização diferenciada para a interpretação destas estruturas.

Desse modo, observando a potencialidade desta ferramenta sugerimos o seu uso para visualização e interpretação de padrões morfológicos que influenciam na distinção dos espaços urbanos e rurais. Em termos analíticos a Figura 3 a seguir apresenta os classificadores territoriais e as quatro etapas da operacionalização.

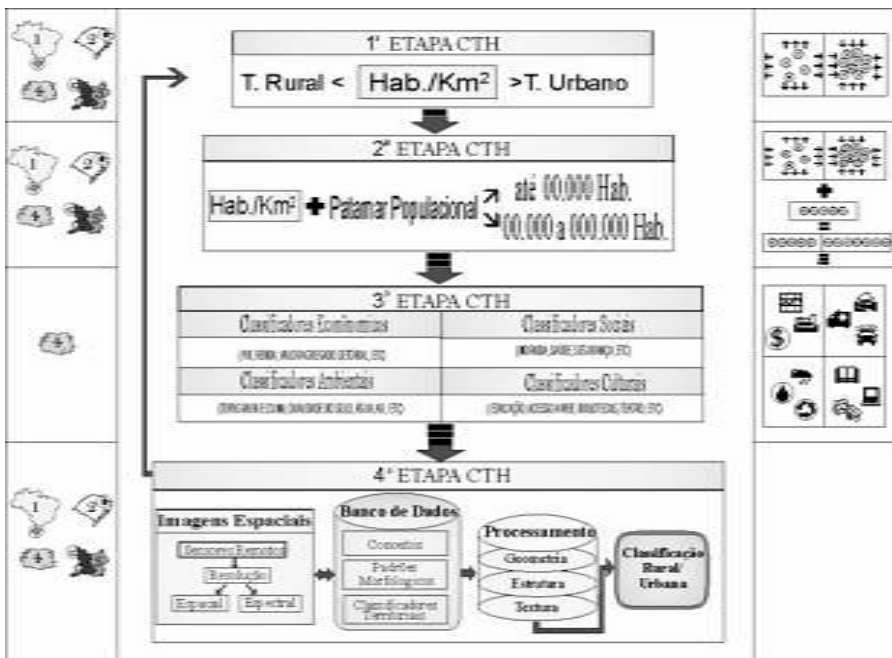


Figura 3 – Esquema com as etapas de operacionalização da caracterização territorial hierarquizada
Fonte: Os autores.

Como se pode observar na Figura 3 as etapas de caracterização são evolutivas, apresentando uma maior complexidade para organização e análise dos dados. Cabe destacar que a quarta etapa pode ser operacionalizada tanto num sentido de verificação e análise das etapas anteriores, como também pode servir

como base ao integrar os dados das outras etapas aos algoritmos que melhoram a espacialização dos dados.

Considerações finais

O propósito deste trabalho foi o de atualizar e sistematizar o debate sobre as relações rural-urbano no Brasil. Verificou-se que através do resgate de diferentes metodologias de classificação, que independem do refinamento utilizado, todas as abordagens analisadas convergiram no entendimento de que os dados do IBGE subestimam o tamanho real e efetivo do rural por limitarem-se a uma definição residual que se assentam em critérios administrativos. Da mesma forma, verificou-se que a simples agregação de uma variável, como a densidade demográfica, pode ser suficiente para relativizar os limites entre o que é o rural e o urbano no país.

À medida que vão sendo incorporadas mais variáveis, o recorte do rural tende a esboçar uma tentativa de aproximação da realidade. Nestes termos há uma tentativa implícita em cada proposta metodológica aqui revisada de aproximar o rural normativo da ruralidade enquanto uma definição analítica. Contudo, é necessário esclarecer que as dinâmicas sociais não estão subjugadas a formas rígidas e estas sugestões de classificação podem estar reproduzindo uma simplificação da realidade.

Não obstante, mesmo correndo o risco da simplificação, vale notar que o uso das novas ferramentas analíticas permite que se estabeleça um recorte diferenciado da representação das dinâmicas espaciais e um diferente entendimento da imagem territorial do recorte rural-urbano. Estas imagens podem ser facilmente visualizadas no *Google Maps*, pois com apenas alguns cliques tornou-se fácil navegar por áreas altamente recortados por vias e arruamentos, com quadriculação mais perfeita, sendo estas uma fidedigna imagem do espaço urbano. Da mesma forma que se pode viajar, mesmo sem ter estradas vicinais, por áreas com predominância de solo desnudo ou áreas altamente vegetadas, fortes indicadores dos componentes de uma paisagem rural.

Portanto, para se analisar as diferentes formas de definir o rural, parece importante que os estudiosos não tomem as estatísticas oficiais como retrato da realidade, uma vez que os números não refletem uma espacialidade territorial, social e econômica, mas uma espacialidade territorial politicamente arbitrada.

As discussões sobre uma maior aproximação entre o rural normativo e o analítico parecem ter superado o caráter embrionário. Novos fatores indicam que o aprimoramento das metodologias, bem como o uso de novas ferramen-

tas, tais como a geoinformação, poderão contribuir para generalizações melhor fundamentadas, bem como para a especificidade das análises.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Projeto BRA/97/013. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. (Mimeo).

_____. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BLUME, R. *Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). *O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização*. Vol. 7. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica/Unicamp: 2004.

CARNEIRO, M. J. T. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 1998.

_____. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade. II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro. *Anais...* Campinas: IE/Unicamp, out. 2001.

CLARK, D. *Introdução à geografia urbana*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FEE. *Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s/n], 2001.

FERREIRA, L. C.; FERREIRA, L. C. Águas revoltas: um balanço provisório da Sociologia Ambiental no Brasil. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 54, p. 83-100, 2002.

GIRARDI, E. P. *O rural e o urbano: é possível uma tipologia?* Presidente Prudente: [s/n], 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/downloads.htm>>. Acesso em: 4 nov. 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

GUIVANT, J. S. Encontros e desencontros da sociologia rural com a sustentabilidade agrícola: uma revisão bibliográfica. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 38, 1994, p. 51-78.

HEIDRICH, A. L. Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico* Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. 2 vol. Campinas: IE-Unicamp, 1999.

IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP/IPARDES. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas e regionais*: Sul. Vol. 6. Brasília: Ipea, 2000.

KAGEYAMA, A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LOZANO, V. P. C.; CUERVO, G. V. Guía de clasificación morfológica de zonas urbanas a partir de sensores remotos. *Ar@cne. Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, n. 120, 2009. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/ aracne/ aracne-120.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

MALLMANN, L. *Rio Grande do Sul: rural ou urbano?* Uma análise demográfica do Estado com base nos dados do Censo 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MARTINS, J. S. As coisas no lugar: da ambigüidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo. In: _____. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: Hucitec, 1978.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*: prefácio e introdução. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Economistas).

MDA/SDT/CONDRAF. *Referências para o programa territorial de desenvolvimento rural sustentável*. Documento de trabalho. Brasília: IICA, set. 2003.

OCDE. *Créer des indicateurs ruraux pour étayer la politique territoriale*. Paris: OCDE, 1994.

_____. *Territorial indicators of employment: focusing on rural development*. Paris: OCDE, 1996.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 107, p. 7-135, 2004.

SOLARI, A. *Sociologia rural latinoamericana*. Buenos Aires: Paidós, 1973.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C. *Principles of rural-urban sociology*. New York: Hery Holt, 1929.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. *Introdução crítica à sociologia rural*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. *Cidade e campo*: relações e contradições entre o urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STROHAECKER, T. M. Quadro da urbanização recente no Rio Grande do Sul. XXI Encontro Estadual de Geografia. *Anais...* Caxias do Sul, 2002, p. 101-111.

VEIGA, J. E. A face rural do desenvolvimento. 27º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. *Anais...* Belém, 8-10 de dezembro de 1999, p. 1301-1318.

_____. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho vargista ao zoneamento ecológico-econômico. XIX Encontro Nacional de Economia. *Anais...* Salvador, dezembro de 2001.

_____. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. A dimensão rural do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 71-94, 2004a.

_____. Destinos da ruralidade no processo de globalização. VIII Seminário da Rede Iberoamericana de Investigadores sobre globalização e território (RII). *Anais...* Abril de 2004b.

_____. Nem tudo é urbano. *Ciência e Cultura*, ano 56, n. 2, p. 26-29, abr./jun. 2004c.

VILLAVERDE, V. *Territórios, ruralidade e desenvolvimento*. Curitiba: Iparde, maio 2004.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 15, p. 87-145, 2000.

_____. Regards sur le rural brésilien. In: ZANONI, M.; LAMARCHE, H. *Agriculture et Ruralité au Brésil*. Paris: Éditions Karthala, 2001, p. 27-58.

_____. Urbanização e Ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural; estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. *Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros/Universidade Federal de Sergipe, 2002.

Recursos eletrônicos

EQUIPO URBANO. El uso de *Google Earth* para el estudio de la morfología urbana de las ciudades. I. Alcances y limitaciones. *Ar@cne*, Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 100, sept. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/ aracne/ aracne-100.htm>>. Acessado em: 9 fev. 2011.

GIRARDI, E. P. *O rural e o urbano: é possível uma tipologia?* Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/72936279/10/A-PROPOSTA-DETIPOLOGIA-DO-IBGE>>. Acesso em: 4 nov. 2012.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <<http://earth.google.com/>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

CASTRO, V.; VARGAS, G. Guía de clasificación morfológica de zonas urbanas a partir de sensores remotos. *Ar@cne*, Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 120, mayo 2009. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/ aracne/ aracne-120.htm>>. Acesso em: 9 fev. 2011.